

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CAMPUS DO SERTÃO
UNIDADE EDUCACIONAL SANTANA DO IPANEMA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARIA BETHÂNIA RODRIGUES DE SOUSA

**A VALORIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS SOB A PERSPECTIVA
CULTURAL, ÉTNICA E CIDADÃ NO SERTÃO ALAGOANO**

Santana do Ipanema - AL
2024

MARIA BETHÂNIA RODRIGUES DE SOUSA

**A VALORIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS SOB A PERSPECTIVA
CULTURAL, ÉTNICA E CIDADÃ NO SERTÃO ALAGOANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão – Unidade Santana do Ipanema como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Valquer Oliveira
Melo

Catlogação na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S725v Sousa, Maria Bethânia Rodrigues de.

A valorização das comunidades quilombolas sob a perspectiva cultural, étnica e cidadã no sertão alagoano / Maria Bethânia Rodrigues de Sousa. – 2024.
47 f. : il.

Orientador: Manoel Valquer Oliveira Melo.

Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alagoas. Campus Sertão. Santana do Ipanema, 2024.

Bibliografia: f. 46-47.

1. Sertão - Alagoas. 2. Quilombolas. 3. Identidade étnica. 4. Território. I. Título.

CDU: 316.356.4(813.5)

Dedicatória

Aos agricultores familiares da geração da minha bisavó Gercina, dos meus avôs conhecidos como Zé Floresta, Maria Bethânia, Zé de Ernesto e Josefa Inocêncio. A geração do meu pai, a da minha mãe Quitéria, Tio Zé Novo, Tia Valeria, Tia Zeldá, Tia Queiroz, Tia Marta, e aos meus primos, Júlio, Gabriela, João Victor, Cicero, Cecília e Ana Julia e as próximas gerações de agricultores da minha família, a todos os agricultores familiares, comunidades quilombolas e indígenas do Sertão alagoano.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão a todas as pessoas que foram fundamentais em minha jornada:

Primeiramente, agradeço a Deus, pois sem Ele nada seria possível.

Aos meus pais, Francisco e Quitéria, pelo amor incondicional e pelo apoio em todos os momentos.

À minha irmã, Maria Alice, minha maior parceira nesta jornada longe de casa, obrigado por estar sempre ao meu lado.

Ao meu irmão, Gabriel, por sua admiração e apoio constante, e por ser um exemplo como economista em formação.

Ao meu noivo, Jhonatan, por sempre me ouvir, mesmo quando eu dizia que não participaria de mais um projeto extracurricular, e por seu apoio incondicional em todas as etapas da minha vida acadêmica.

Ao Campus do Sertão/UFAL, por me proporcionar uma educação de qualidade e oportunidades incríveis de pesquisa, extensão e construção crítica.

A cada pessoa que faz parte da UFAL - Campus do Sertão, vocês tornam este campus o mais especial de todos. Um agradecimento especial a Vó, Zete, Bennet, Andreia, Paraná, Gildo, e a todos os professores e orientadores que me acompanharam em projetos de pesquisa e extensão: Rafael Rodrigues, Menezes Gomes, Alcides Neto, Luciano Barbosa, Hérmari Carmo, Anderson Santos, Bruno Gonçalves, Priscila Menezes e Manoel Valquer.

Aos colegas e amigos da universidade, que foram influentes e solidários em toda essa jornada: Bruno, Ariany, Ivania, Jacy, Hudys, Laricia, Paula, Alan Melo, Moises, Laelson, Maelson, Claudemir, Brunno, Ivia, Jorge, Rinaldo, Mazé, Tereza e Alessandra.

Obrigado a todos por fazerem parte da minha história e por tornarem essa jornada acadêmica tão especial.

“Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (Nascimento, 1980, p. 263).

RESUMO

A reparação histórica para os afrodescendentes brasileiros requer a implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da cidadania. No Estado de Alagoas, as comunidades quilombolas localizadas na Mesorregião do Sertão totalizam 42 certificadas pela Fundação Cultural Palmares, sendo que 21 delas são identificadas na participação dos encontros quilombolas da região, independentemente de sua certificação. Apesar de possuir uma das maiores populações quilombolas do país, ocupando a 6ª posição segundo o IBGE (2022), mais de 98,17% dos quilombolas alagoanos residem fora dos territórios oficialmente reconhecidos, o que compromete seu desenvolvimento socioeconômico, uma vez que a terra é fundamental para sua subsistência. A pesquisa teve um caráter exploratório e analisou a comunidade quilombola Saco dos Mirandas, localizada no município de Mata Grande, além de três encontros quilombolas realizados na Mesorregião do Sertão alagoano, nos municípios de Poço das Trincheiras, Mata Grande e Água Branca. Nas visitas à comunidade Saco dos Mirandas, destacam-se uma história de ancestralidade, identificada pela relevância em parcerias institucionais que visam o desenvolvimento local e resistência comunitária. No encontro transcorrido na área rural do Poço das Trincheiras, a ênfase da discussão recaiu sobre a educação quilombola, enquanto no segundo encontro em Mata Grande, discutiu-se a importância da participação política para reivindicar os direitos dos povos quilombolas. No terceiro encontro realizado na cidade de Água Branca, os representantes das comunidades quilombolas foram escolhidos democraticamente para participar de uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Alagoas, visando à certificação e titulação das comunidades e, conseqüentemente, fomentando a valorização étnica na busca pela cidadania e pelo direito à permanência dos quilombolas nas respectivas comunidades.

Palavras-chave: Alagoas; Comunidade Quilombola; Identidade Étnica; Sertão; Território.

ABSTRACT

The historical reparation for Afro-Brazilian descendants requires the implementation of public policies aimed at promoting citizenship. In the state of Alagoas, the quilombola communities located in the Sertão Mesoregion total 42 certified by the Palmares Cultural Foundation, with 21 of them identified in the participation of quilombola meetings in the region, regardless of their certification. Despite having one of the largest quilombola populations in the country, ranking 6th according to IBGE (2022), over 98.17% of Alagoas' quilombolas reside outside of officially recognized territories, compromising their socioeconomic development, as land is fundamental to their subsistence. The research had an exploratory nature and analyzed the Saco dos Mirandas quilombola community, located in the municipality of Mata Grande, as well as three quilombola meetings held in the Alagoas Sertão Mesoregion, in the municipalities of Poço das Trincheiras, Mata Grande, and Água Branca. During visits to the Saco dos Mirandas community, a history of ancestry stands out, identified by the relevance of institutional partnerships aimed at local development and community resistance. In the meeting held in the rural area of Poço das Trincheiras, the discussion emphasized quilombola education, while in the second meeting in Mata Grande, the importance of political participation to claim the rights of quilombola peoples was discussed. In the third meeting held in the city of Água Branca, representatives of quilombola communities were democratically chosen to participate in a Public Hearing at the Legislative Assembly of Alagoas, aiming at the certification and titling of communities and, consequently, promoting ethnic valorization in the pursuit of citizenship and the right to remain in their respective communities.

Keywords: Alagoas; Quilombola Community; Ethnic Identity; Sertão; Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mesorregiões do Estado de Alagoas	27
Figura 2 - Casa de Engenho Moedor	31
Figura 3 - Casa de Engenho Fogão a Lenha	32
Figura 4 – Primeiro Encontro Quilombola do Sertão	33
Figura 5 - Produção Quilombo Jacu e Mocó de Poço das Trincheiras - AL	34
Figura 6 - Apresentação do Reisado	34
Figura 7 - Segundo Encontro Quilombola do Sertão	37

LISTA DE TABELA, QUADRO E GRÁFICOS

Tabela 1 - Responsabilidade da Instituição	20
Tabela 2 - Acompanhamento dos processos de regularização quilombola	23
Tabela 3 - Títulos Expedidos às Comunidades Quilombolas.....	24
Tabela 4 - Aguardando visita técnica da Fundação Cultural Palmares	43
Tabela 5 - Em análise técnica da Fundação Cultural Palmares	44
Quadro 1 - Relação de processos de regularização de territórios quilombolas abertos	25
Quadro 2 - Comunidade certificada e não certificadas pela Fundação Cultural Palmares.....	36
Quadro 3 - Comunidade certificada e não certificadas pela Fundação Cultural Palmares.....	43
Gráfico 1 – Comunidades Quilombola Presentes por Gênero em Poço das Trincheiras - AL.	35
Gráfico 2 - Municípios e Comunidades Quilombola em Poço das Trincheiras - AL	36
Gráfico 3 - Comunidades Quilombola por Gênero em Água Branca - AL.....	42
Gráfico 4 – Município e Comunidades Quilombola no encontro em Água Branca - AL.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAQUI - Associação das Mulheres Artesãs Quilombolas Serra das Viúvas

CESMAC - Centro de Estudos Superiores de Maceió

Coppabacs Sementes - Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

DOU - Diário Oficial da União

FCP - Fundação Cultural Palmares

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERAL - Terras e Reforma Agrária do Estado de Alagoas

MAPA - Agricultura e pecuária

MDS - Assistência Social, Família e Combate à Fome

NAFRI - DH - Núcleo Acadêmico Afro e Indígena e Direitos Humanos

NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas

OIT - Organização Internacional do Trabalho

RenaScendo - Projeto realizado pelo Instituto Palmas, com patrocínio da Petrobras, atua na recuperação de nascentes e educação ambiental, em Alagoas e Pernambuco

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SABEH - Sociedade Brasileira de Ecologia Humana

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEPLAG - Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	Etnia	16
2.2	Cultura	18
2.3	Demarcação da terra	20
3	METODOLOGIA.....	26
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
4.1	Quilombo Saco dos Mirandas no Município de Mata Grande – AL	29
4.2	Primeiro Encontro Quilombola no Município de Poço das Trincheiras – AL.....	32
3.3	Segundo Encontro no Município de Mata Grande – AL	37
4.4	Terceiro Encontro no Município de Água Branca - AL.....	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

No Estado de Alagoas, de acordo com a Fundação Cultural Palmares (FCP), existem 76 comunidades quilombolas, das quais 42 estão localizadas na mesorregião do Sertão (FCP, 2024). No entanto, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), apenas uma dessas comunidades em todo o estado possui a titulação de terras, e de forma parcial (INCRA, 2023).

O processo de autodeclaração das comunidades quilombolas desempenha um papel fundamental na concessão do reconhecimento cultural e do sentido de pertencimento à própria história no Estado. Esse reconhecimento é crucial para que as comunidades quilombolas possam ter acesso às políticas públicas voltadas para suas necessidades culturais e étnicas. Assim, a FCP assume a responsabilidade pelo reconhecimento das comunidades quilombolas, visando possibilitar a sua posterior participação em programas governamentais, como, por exemplo, a titulação de terras quilombolas concedida pelo INCRA (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2024).

Na Constituição Federal de 1988, promulgada cem anos após a abolição da escravidão, o Artigo 68 estabelece o objetivo de garantir aos quilombolas a propriedade da terra, reconhecido como um direito fundamental para a sua cidadania. No entanto, no Estado de Alagoas, até o presente momento, nenhuma comunidade quilombola obteve a titulação completa de seu território (MARQUES, 2017). Apesar da promulgação do Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o processo de identificação, delimitação e titulação das terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os procedimentos para obtenção desses títulos ainda estão em curso, como é o caso do Povoado Cruz, localizado no município de Delmiro Gouveia - AL, cujo processo teve início em 2005 (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2024).

A problemática abordada neste trabalho reside na disparidade entre o que foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e sua efetiva aplicação no que diz respeito ao reconhecimento e à valorização das comunidades quilombolas, o que tem como consequência a limitação do pleno exercício da cidadania por parte das comunidades do Sertão alagoano. Ademais, há uma dificuldade inerente em compreender e acompanhar todos os trâmites necessários até que o reconhecimento efetivo das comunidades seja alcançado. Essa lacuna entre a legislação e sua concretização prática representa um desafio significativo no processo de garantia dos direitos das comunidades quilombolas em Alagoas.

O objetivo geral deste estudo é identificar os principais desafios relacionados ao processo de valorização da cultura quilombola sob a perspectiva da cidadania. Para alcançar

esse objetivo, foram estabelecidos objetivos específicos, que incluem abordar a identidade e os elementos culturais das comunidades quilombolas, destacando sua resistência cultural por meio de expressões como música, dança, culinária, artesanato e produção agrícola. Além disso, pretende-se apresentar os desafios enfrentados no processo de titulação das terras quilombolas e discutir sua relevância para a cidadania, bem como abordar questões relacionadas à segurança jurídica dessas terras e sua conexão com o acesso às políticas públicas.

Para alcançar o objetivo proposto, adotou-se uma abordagem qualitativa na metodologia deste estudo. O embasamento teórico é fundamentado em leis e decretos relacionados ao reconhecimento das comunidades quilombolas. Destaca-se o caráter exploratório da pesquisa, que incluiu uma visita à comunidade quilombola Saco dos Mirandas, localizada no município de Mata Grande, em Alagoas. Além disso, foram realizadas ações extensionistas no âmbito do projeto "Um Estudo sobre a Fronteira Intercultural de Remanescentes Quilombolas em Santana do Ipanema", as quais proporcionaram a participação nos encontros quilombolas promovidos na Mesorregião do Sertão alagoano no segundo semestre de 2023 e no início do primeiro semestre 2024.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Desde 1988, a garantia constitucional do reconhecimento legal das comunidades quilombolas no Brasil foi atribuída à Fundação Cultural Palmares (FCP), uma entidade pública responsável por essa incumbência. Esse reconhecimento assegura o acesso aos direitos e políticas públicas destinadas a essas comunidades. No entanto, o processo de titulação de terras, é conduzido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), uma etapa subsequente ao reconhecimento, que requer a intervenção de profissionais especializados e é caracterizado por um processo jurídico longo (MARQUES, 2017).

Com efeito, apenas em 2003, com a promulgação do Decreto n.º 4.887, houve uma regulamentação mais precisa do procedimento conduzido pela FCP e da demarcação territorial realizada pelo INCRA, o que permitiu avançar no processo de titulação das terras das comunidades quilombolas. Num caso específico do Agreste alagoano, na localidade Tabacaria, zona rural de Palmeira dos Índios, o processo de reconhecimento pela FCP teve início somente em 2005, enquanto a titulação, ainda que parcial, foi concluída apenas em 2016 pelo INCRA (INCRA, 2024).

No contexto brasileiro, a Fundação Cultural Palmares (FCP) desempenha um papel fundamental desde sua criação, estabelecida pela Constituição Federal de 1988, na promoção da preservação e valorização da identidade afro-brasileira. Sua missão é fomentar o desenvolvimento cultural, social e econômico das comunidades afrodescendentes no país. Através da certificação de autodefinição, a FCP reconhece as comunidades quilombolas, conferindo-lhes acesso aos diversos direitos e benefícios garantidos pelo registro oficial. Esse reconhecimento é importante para assegurar o fortalecimento e a proteção das tradições culturais e históricas dessas comunidades, além de facilitar o acesso a políticas públicas específicas voltadas para sua promoção e desenvolvimento.

Ainda no Agreste de Alagoas, o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas, como é o caso da comunidade de Carrasco¹, zona rural do município de Arapiraca, enfrentou um longo período até sua efetiva certificação. Embora o processo tenha sido iniciado em julho de 1999 junto à Fundação Cultural Palmares (FCP), somente em março de 2007 foi concedido o registro da portaria referente a essa comunidade. Esse cenário revela

¹ Ver processo na FCP n.º: 01420.000322/1999-10

os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas em todo o país para obter o reconhecimento oficial de suas identidades e territórios.

Nesse contexto alagoano, as primeiras portarias emitidas pela FCP datam de 2005, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Decreto n.º 4.887 de 2003, que regulamentou o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas em nível nacional. Essa trajetória ilustra a importância da luta e da persistência das comunidades quilombolas em busca do reconhecimento de seus direitos e identidades.

A certificação das comunidades quilombolas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) abre caminho para sua participação em projetos voltados para a promoção da cultura afro-brasileira e para a preservação do patrimônio cultural material e imaterial de matriz africana. Esses projetos envolvem parcerias com diversas entidades públicas, desde as esferas municipais até as federais (gov.br, 2023) Essa inclusão em iniciativas culturais e de preservação é fundamental para fortalecer a identidade e os direitos das comunidades quilombolas, demonstrando a importância da certificação como um passo significativo no reconhecimento de suas contribuições e legados para a sociedade brasileira.

2.1 Etnia

A análise étnica a partir do território aborda de forma abrangente os diversos significados e interpretações atribuídos ao conceito de quilombo ao longo da história do Brasil. Desde a perspectiva dos senhores de engenho na era colonial, que viam os quilombos como locais de fuga e resistência dos escravizados, até a visão das mulheres negras que encontravam nos quilombos um espaço de luta pela liberdade.

Em tempos atuais, destacam-se a importância dos quilombos como símbolos de resistência para o movimento negro, representando comunidades negras que buscam manter suas tradições e reivindicar seus direitos territoriais diante da segregação racial na sociedade brasileira. Por outro lado, mencionam-se na interpretação de alguns antropólogos e cientistas sociais, que enxergam os quilombos como áreas de convivência comunitária que fortalecem os laços de solidariedade entre os membros do grupo étnico (FERNANDES; GALINDO, 2020). Essa variedade de significados evidencia a complexidade e a riqueza da história e da cultura quilombola no Brasil.

Aponta-se que a complexidade da relação entre as comunidades quilombolas e o Estado brasileiro, ressaltando que, embora tenha o direito constitucional de afirmar sua identidade, essa liberdade é muitas vezes limitada pela intervenção do Estado e pelas políticas de tutela. É um desafio considerar as necessidades históricas, culturais e territoriais

específicas de cada comunidade, garantindo que a construção de políticas públicas seja feita de forma colaborativa e inclusiva, levando em conta as perspectivas e demandas internas da comunidade, em vez de impor soluções externas (SILVA, SILVA, *et al.*, 2022). Essa abordagem reconhece a importância da autodeterminação das comunidades quilombolas e destaca a necessidade de respeitar e valorizar sua autonomia e identidade.

O direito de afirmar a identidade das comunidades quilombolas é muitas vezes desafiadora pela imposição de padrões externos, sejam eles do Estado, do conhecimento científico ou de discursos dominantes. Essas comunidades enfrentam o desafio de preservar e afirmar sua identidade com base em seus próprios modos de vida, tradições e narrativas, em vez de serem definidas por outros agentes externos (FERNANDES; GALINDO, 2020). Esse é um impasse significativo enfrentado pela população quilombola, que busca manter sua autonomia e autenticidade diante de pressões externas que buscam moldar sua identidade de acordo com perspectivas alheias.

Na América Latina, a questão étnico-cultural começou a ser abordada juridicamente em meados dos anos 90, visando combater a discriminação. Surgiu o conceito de interculturalidade, que pode ser entendido de três maneiras: "relacional", relacionando as mudanças culturais; "funcional", envolvendo o reconhecimento e a tolerância; e "crítica", que parte da perspectiva de que não se trata apenas da diversidade ou diferença em si, mas sim de problemas estruturais, coloniais e raciais a serem compreendidos e abordados em conjunto, sem uma abordagem pré-definida (VIAÑA, TAPIA e WALSH, 2010, p. 78).

É importante adotar uma abordagem de interculturalidade crítica em relação às comunidades quilombolas, pois é fundamental para promover o desenvolvimento social e o reconhecimento da individualidade cultural. Isso implica não apenas chegar com soluções predefinidas para suas necessidades, mas sim ouvir e valorizar todas as formas de saberes, vivências e linguagens presentes nessas comunidades. Somente integrando-as de maneira igualitária à cultura nacional é possível construir em conjunto um ambiente de respeito e cooperação mútua (VIAÑA, TAPIA e WALSH, 2010).

O racismo tem suas raízes na construção social e histórica da escravidão e impacta profundamente a estrutura social. Ele se manifesta na desvalorização dos traços étnicos dos indivíduos negros, assim como de sua cultura e história, os quais são injustamente considerados socialmente inferiores. Essa desvalorização e marginalização têm consequências significativas na vida dessas pessoas, afetando sua identidade, oportunidades e dignidade. O combate ao racismo é essencial para promover a igualdade e a justiça social, reconhecendo e

valorizando a diversidade étnica e cultural de todas as pessoas. (SILVA, SILVA, *et al.*, 2022, p. 4).

Para Almeida (2019), Para superar o racismo, é essencial que as estruturas estatais desempenhem um papel ativo, uma vez que foi por meio do Estado que ocorreu a divisão e classificação das pessoas. A ideologia nacionalista, que busca unificar um país de dimensão continental e evitar conflitos entre grupos e classes, muitas vezes tentou reconstruir a identidade nacional ao mesmo tempo em que tentava apagar os conflitos étnicos e raciais existentes.

Portanto, para verdadeiramente superar o racismo, é necessário que o Estado adote políticas e medidas que promovam a igualdade, o respeito à diversidade e a inclusão de todas as comunidades étnicas e raciais. Um exemplo claro disso são as instituições públicas, que muitas vezes refletem uma preponderância representativa desenvolvida por pessoas brancas. Essas instituições, que desempenham um papel dominante na formulação e implementação de políticas públicas, frequentemente refletem as estruturas de poder e privilégios que historicamente favorecem determinados grupos étnicos, em detrimento de outros (YAMANAKA, 2021).

A reparação histórica concedida aos afrodescendentes por meio de políticas públicas representa a garantia de cidadania como indivíduos na sociedade, algo que gerações anteriores não tiveram a oportunidade de desfrutar plenamente. Essas políticas são essenciais para corrigir as injustiças históricas, promover a igualdade de oportunidades e garantir que todos os cidadãos tenham acesso aos mesmos direitos e benefícios. Ao reconhecer e reparar os danos causados pela discriminação e pela marginalização, as políticas de reparação histórica contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa para todos.

2.2 Cultura

Evidenciar o conceito de interculturalidade crítica vai além da mera compreensão dos diferentes povos na sociedade. Seu propósito é mostrar que esses povos são distintos em seus valores, saberes e culturas, mas devem ser vistos como iguais, sem hierarquia de importância. Essa abordagem vai além da interculturalidade "relacional" ou "funcional", que se limita ao reconhecimento ou tolerância do diferente, pressupondo que este deve se adequar a uma norma cultural dominante. Em vez disso, a interculturalidade crítica reconhece e valoriza a diversidade cultural como um elemento essencial da sociedade, promovendo o diálogo igualitário entre diferentes grupos e buscando a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (VIAÑA, TAPIA e WALSH, 2010).

{...}o reconhecimento e o respeito à diversidade cultural tornam-se um uma nova estratégia de dominação, que não visa a criação de sociedades mais equitativo e igualitário, mas para o controle do conflito étnico e do Preservação da estabilidade social para fazer avançar os imperativos do modelo (neoliberalizado) de acumulação capitalista, agora "incluindo" os grupos historicamente excluídos dentro dela (VIAÑA, TAPIA e WALSH, 2010, p. 78).²

A decisão de pesquisar uma determinada comunidade deve ser uma construção conjunta, onde a narrativa não é imposta pela perspectiva do Estado ou do pesquisador, mas sim desenvolvida em colaboração com os valores e histórias intrínsecas à própria comunidade. Isso cria um senso de pertencimento e conexão com a sociedade externa, pois reconhece e valoriza a individualidade e a autenticidade da comunidade. Dessa forma, é possível construir relações mais significativas e duradouras, promovendo uma maior compreensão mútua e respeito pela diversidade cultural. (VIAÑA, TAPIA e WALSH, 2010).

A vivência cultural através da arte é uma forma poderosa de valorizar e reconhecer uma comunidade. Um exemplo ilustrativo disso é o grupo de dança "Dandara", em Cajá dos Negros, município de Batalha, no Sertão Alagoano. Essa dança não apenas celebra a ancestralidade, mas também fortalece o protagonismo das mulheres na comunidade. O trabalho artístico oferece uma oportunidade única para destacar o valor individual dentro de um contexto coletivo, permitindo que cada membro da comunidade contribua com sua própria expressão e história. Dessa forma, a arte não só enriquece a cultura local, mas também fortalece os laços comunitários e promove um maior senso de identidade e orgulho. (SILVA, SILVA, *et al.*, 2022).

A luta pela justiça e igualdade vai muito além do simples reconhecimento da existência das comunidades quilombolas na sociedade atual. Ela engloba o reconhecimento histórico das injustiças enfrentadas por essas comunidades ao longo do tempo, a valorização de todas as suas particularidades culturais e as vivências cotidianas que estão intrinsecamente ligadas a essa valorização. Essa luta não é apenas por reconhecimento legal, mas também por respeito, dignidade e oportunidades iguais para todas as pessoas, independentemente de sua origem étnica ou cultural. É um esforço contínuo para garantir que as comunidades quilombolas sejam tratadas com justiça e equidade em todos os aspectos da vida social, econômica e política (SILVA, SILVA, *et al.*, 2022).

² Tradução nossa

2.3 Demarcação da terra

O Brasil abriga a maior população negra fora do continente africano, e o estado de Alagoas se destaca com uma das maiores concentrações de comunidades quilombolas do país, ocupando a sexta posição nesse quesito, de acordo com dados do IBGE (2022). No entanto, apesar desse cenário, a valorização da cultura quilombola enfrenta desafios significativos. Mais de 98,17% dos quilombolas em Alagoas residem fora dos territórios oficialmente reconhecidos, o que acarreta prejuízos para o seu desenvolvimento social e econômico, uma vez que a terra desempenha um papel fundamental em sua subsistência (LEÃO, 2023).

A problemática abordada neste estudo diz respeito à compreensão do processo legislativo que envolve a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esse processo, que abrange desde o reconhecimento das comunidades quilombolas pela FCP até a titulação das terras pelo INCRA, pode ser complexo e de difícil entendimento para aqueles que não possuem formação na área jurídica, como é o caso de indivíduos sem graduação em Direito. Essa dificuldade de compreensão da legislação pode representar um obstáculo para o pleno entendimento do funcionamento desse sistema legal e, conseqüentemente, para a efetivação dos direitos das comunidades quilombolas.

A confusão inicial entre "emissão de certidões às comunidades quilombolas" e "titulação dos territórios quilombolas" é compreensível, pois nem sempre há uma clara distinção entre esses termos na literatura e nos sites da Fundação Cultural Palmares (FCP) e do INCRA. A falta de informações acessíveis sobre essa distinção pode dificultar o entendimento do processo para aqueles que não são especialistas no assunto. Somente por meio do cruzamento de dados e informações é possível esclarecer essa diferença e compreender plenamente o funcionamento desses procedimentos legais. Demonstra-se na tabela 1 parte dessa responsabilidade institucional.

Tabela 1 - Responsabilidade da Instituição

Fundação Cultural Palmares (FCP)	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
Emissão de certidões às comunidades quilombolas	Titulação dos territórios quilombolas

Fonte: FCP e INCRA (2024)

Como se pode identificar, os termos "emissão de certidões às comunidades quilombolas" e "titulação dos territórios quilombolas" referem-se a processos distintos no reconhecimento e na garantia dos direitos das comunidades quilombolas. A Fundação Cultural Palmares (FCP) é responsável pelo reconhecimento das comunidades quilombolas e

pelo acesso delas às políticas públicas. Por outro lado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é responsável pela demarcação e pelo registro dos territórios quilombolas como uma forma de reparação histórica.

Além disso, a Convenção de Genebra de 1989 trata dos direitos à autoidentificação, como um princípio fundamental que foi ratificado pelo governo brasileiro em 2002, por meio da ratificação da Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais. Essas convenções e tratados internacionais são essenciais para garantir os direitos e a autonomia das comunidades quilombolas e indígenas (SEPLAG, 2015).

Conforme o Artigo 13 da Convenção 169 da OIT, a importância simbólica dos territórios etnicamente diferentes é considerada pela legislação global.

Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação (OIT BRASILIA, 2003).

A demarcação de terra para a comunidade quilombola é fundamental no sentido de garantir perpetuação econômica, cultural, física e social da comunidade. Um dos principais obstáculos que surge é a diferença entre o que está escrito e o que realmente acontece, por existirem muitos territórios quilombolas no Brasil que ainda não receberam a titulação (MARQUES, 2017).

Em Alagoas, das 66 comunidades certificadas pela FCP como quilombolas, apenas quatro delas (Tabacaria, Muquém, Guaxinim e Abobreiras) têm laudo antropológico e processo de reconhecimento tramitando. Segundo Genisete Sarmientoiv, representante da FCP no estado, as comunidades restantes esperam a ação do INCRA para formar equipes interdisciplinares e produzir laudos antropológicos (MARQUES, 2017).

A Fundação Cultural Palmares (FCP) é a responsável pela certidão de autodefinição, na qual são necessários três passos. O primeiro é a ata de reunião ou assembleia com o tema de autodeclaração, o segundo é o relato histórico da comunidade de duas a cinco páginas e o terceiro é o requerimento de certificação endereçado ao FCP. Para a certidão de autodefinição a visita técnica é somente em casos excepcionais, no caso de algum dado não esclarecido pelos documentos enviados ou “resposta a denúncias feitas pelo movimento social, órgãos de governo, ministério ou defensoria pública” (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2024).³

³ Internet sem o nº página definida

Através da certidão de autodeclaração é possível adentrar as políticas públicas vigentes às comunidades quilombolas de direitos da cidadania. No entanto, ao se referir a titulação de território quilombola o processo é lento, pois das 76 comunidades quilombolas no estado de Alagoas que possuem autodeclaração, em relação a titulação do território, somente a Tabacaria, localizada em Palmeira dos Índios, a obtém de forma parcial. E outras 16 comunidades ainda estão no processo para a titulação do território (INCRA, 2023).

A titulação territorial quilombola está prevista na constituição de 1988, na qual o INCRA, através do Decreto n.º 4.887, de 2003, é a instituição responsável pela titulação dos territórios quilombolas para a garantia de continuidade do grupo étnico e dignidade humana.

Conforme o art. 2º do Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2023).⁴

Antes do decreto de autodeclaração no Estado de Alagoas havia somente a comunidade Carrasco do município de Arapiraca, a qual registrou a abertura do processo na FCP como comunidade quilombola, em 12 de julho de 1999, com a emissão da portaria somente em 2007. No ano consecutivo ao decreto, em 2004, registraram-se a abertura de nove processos na FCP, com as emissões das portarias saindo em 2005. Dos nove registros, seis são localizados na Mesorregião do Sertão alagoano (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2024).⁵

Instrução Normativa INCRA n.º 57, de 20 de outubro de 2009. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2022).

O Processo de titulação territorial quilombola, acontece via INCRA e possui seis etapas⁶ para sua elaboração. Autodefinição Quilombola, Elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), Publicação do RTID, Portaria de Reconhecimento, Decreto de Desapropriação e Titulação (INCRA, 2024). E possui como base legal, o Decreto n.º 4.887/2003; e a Instrução Normativa do INCRA n.º 57/2009 (INCRA, 2024).

⁴ Internet sem o nº de página definida

⁵ Internet sem o nº de página definida

⁶ https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/passo_passo_quilombola_incra.png

O processo de regularização de território quilombola no INCRA possui a primeira etapa com a autodefinição quilombola, através da certidão de autorreconhecimento, emitida pela Fundação Cultural Palmares (INCRA, 2024).

A segunda etapa é a elaboração do (RTID), no qual são coletados os dados de cartografia e antropologia para identificar os limites da terra das comunidades remanescentes quilombolas (INCRA, 2024). A terceira etapa é a publicação, com o prazo de 90 dias, para contestar o RTID em conjunto à Superintendência Regional do INCRA, onde o recurso único ao Conselho Diretor do INCRA cede um prazo de 30 dias a contar da notificação (INCRA, 2024). A quarta etapa é a portaria de reconhecimento, com a identificação do território que é publicada na portaria do Presidente do INCRA, reconhecendo os limites do território quilombola no Diário Oficial da União (DOU) e dos respectivos estados (INCRA, 2024).

A quinta etapa é o decreto de desapropriação, em caso de imóveis privados, com Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social. Desse modo, “Os imóveis desapropriados serão vistoriados e avaliados conforme os preços de mercado, pagando-se sempre previamente e em dinheiro a terra nua, no caso dos títulos válidos, e as suas benfeitorias” (INCRA, 2024).

A sexta etapa é a titulação, na qual o presidente do INCRA “realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo, imprescritível e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro.” constando que “É proibida a venda e penhora do território” (INCRA, 2024).

Essa tramitação pode ser observada no andamento dos processos das comunidades na tabela 2, como em Tabacaria no município de Palmeira dos Índios, que está na sexta etapa em relação de titulação do INCRA, o período do edital RTID no DOU a publicação do decreto DOU, levaram dois anos. As comunidades Abobreiras no município de Teotônio Vilela e Cajá dos Negros no município de Batalha com o edital RTID no DOU em 2017 estando na segunda etapa, e que só vão para a quarta etapa em 2023, mais de cinco anos depois (INCRA, 2024).

Tabela 2 - Acompanhamento dos processos de regularização quilombola

SR	N.º	N.º Processo	Comunidade	Município	Área/há	N.º de Familiares	Edital RTID no DOU	Portaria no DOU	Decreto no DOU	Título
SR (AL)	1	54360.00 0140/200 7-01	Tabacaria	Palmeira dos Índios	410,9756	89	02 e 03/10/2020 07	02/10/2008	23/11/2009	Parcial
	2	54360.00 0119/201 1-83	Abobreiras	Teotônio Vilela	487,7990	38	30/12/2016 e 27/07/2017	30/05/2023		
	3	54360.00	Cajá dos	Batalha	547,3373	55	29 e	06/06/2023		

0053/201 Negros
3-93

30/08/2017

Fonte: INCRA⁷ (2024)

O processo no INCRA de n.º 161 corresponde à numeração no banco de dados nacional, tanto o território quilombola quanto a comunidade estão contidas na mesma área. A comunidade Tabacaria de Palmeira dos Índios – AL corresponde uma comunidade com 89 famílias, território de 410,0181 hectares, que permaneceu o mesmo. O órgão responsável é o INCRA, mas poderia ser o Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Alagoas (ITERAL) que, no dia 20 de novembro de 2016, recebeu 98% de área titulada do território, e mesmo após 7 anos a titulação ainda não é integral. (INCRA, 2023).

No Estado de Alagoas nenhuma das comunidades quilombolas possui esta titulação de forma integral pelo INCRA, somente a comunidade de Tabacaria, no Agreste, possui a titulação, e parcialmente (SEPLAG, 2015). Conforme a ilustração da Tabela 3, demonstra-se como a única comunidade em todo o estado, que está no último processo para a titulação de terra.

Tabela 3 - Títulos Expedidos às Comunidades Quilombolas

N.º Ordem	Território Quilombola	Comunidade(s)	Município	UF	N.º de Comunidades	N.º de Famílias	Área Território (ha)	Órgão Expedidor	Área Título (ha)	Data	% de Área Titulada do Território
161	Tabacaria	Tabacaria	Palmeira dos Índios	AL	1	89	410,0181	INCRA	400,0181	20/11/2016	98%

Fonte: INCRA⁸ (2023)

No quadro abaixo, os dados revelam uma disparidade significativa entre o número de comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e o número de processos de titulação de território quilombola em andamento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Alagoas. Das 76 certificações concedidas pela FCP, apenas 17 possuem processos abertos no INCRA para a titulação de seus territórios. É importante observar que todos esses processos estão concentrados em um período que vai de 2007 a 2015, o que sugere uma lacuna no avanço desse processo nos últimos anos. Essa discrepância destaca a necessidade de uma maior atenção e agilidade por parte das

⁷ Tabela do INCRA, disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/Acompanhamentodosprocessosderegularizaoquilombola_07.02.2024.pdf

⁸ Retirado da tabela, somente a parte de Alagoas: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/Vejaoandamentodatituloquilombola_31.12.2023.pdf

autoridades competentes para garantir o reconhecimento e a titularidade dos territórios quilombolas em Alagoas.

Quadro 1 - Relação de processos de regularização de territórios quilombolas abertos

PROCESSOS ABERTOS POR SUPERINTENDÊNCIA				
Nº DE ORDEM	Nº PROCESSO	SR/UF	COMUNIDADE	MUNICÍPIO
ALAGOAS				
1	54360.000140/2007-01	SR(AL)	Tabacaria	Palmeira dos Índios
2	54360.000119/2011-83	SR(AL)	Abobreira	Teotônio Vilela
3	54360.001218/2011-82	SR(AL)	Povoado Cruz	Delmiro Gouveia
4	54360.000009/2012-01	SR(AL)	Carrasco	Arapiraca
5	54360.000052/2013-49	SR(AL)	Poços do Lunga/ Passagem do Vigário	Taquarana
6	54360.000053/2013-93	SR(AL)	Cajá dos Negros	Batalha
7	54360.000649/2013-93	SR(AL)	Lagoa do Algodão	Carneiros
8	54360.000650/2013-18	SR(AL)	Gurgumba	Viçosa
9	54360.000651/2013-62	SR(AL)	Birrus	Teotônio Vilela
10	54360.000652/2013-15	SR(AL)	Burnil	Pariconha
11	54360.000218/2014-16	SR(AL)	Povoado Poções	Jacaré dos Homens
12	54360.000219/2014-52	SR(AL)	Ribeiras	Jacaré dos Homens
13	54360.000220-2014-87	SR(AL)	Caboclo	São José da Tapera
14	54360.000403/2014-01	SR(AL)	Sapé	Igreja Nova
15	54360.000607/2014-33	SR(AL)	Puxinanã	Major Izidoro
16	54360.000608/2014-88	SR(AL)	Mumbaça	Traipu
17	54360.000038/2015-15	SR(AL)	Pau D' Arco	Arapiraca

Fonte: INCRA ⁹ (2023)

Pode-se aduzir que tal situação pode ocorrer devido ao processo que concretiza as referidas leis para a titulação de terra, que é ainda demorado em seu processo burocrático de demarcação, acarretando a “sensação de omissão do Estado e aumento dos conflitos territoriais” (MARQUES, 2017, p. 9).

Além disso, a dificuldade refere-se à “quantidade insuficiente de técnicos capacitados para a realização das demarcações de territórios” para suprir essa demanda que surge diante da colaboração entre Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Alagoas (ITERAL) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no estado de Alagoas. A questão primordial é tão somente de aumentar os processos de titulação de terras de comunidades de quilombolas (SEPLAG, 2015).

⁹ Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/Relaodeprocessosderegularizaodeterritoriosquilombolasabertos_31.12.2023.pdf

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada tem uma abordagem qualitativa, o que significa que as análises envolvem a coleta e interpretação de dados não numéricos, como observações, entrevistas, documentos e outras fontes de informação. Ressalta-se que para ilustrar os dados coletados, utilizam-se dados numéricos, mas a pesquisa tem um viés estritamente qualitativo no tratamento dos dados.

O estudo desta monografia possui um caráter exploratório, que visa entender e investigar as dinâmicas, desafios e potenciais das comunidades quilombolas na região do Sertão de Alagoas. Isso implica em uma abordagem aberta e flexível, permitindo a descoberta de novos insights e a compreensão mais profunda das realidades locais.

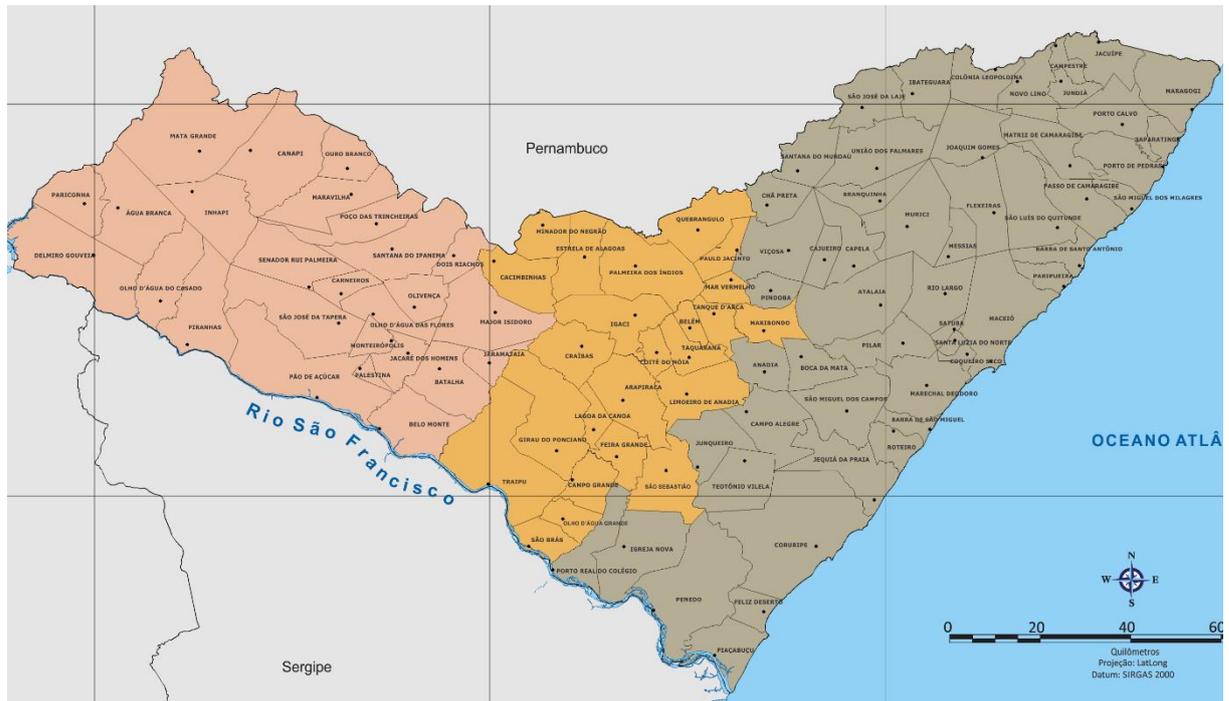
Os encontros quilombolas desempenharam um papel central nesta investigação, reunindo diversas comunidades quilombolas da região para discutir questões relevantes, compartilhar experiências e buscar soluções coletivas. Esses encontros também serviram como uma oportunidade para estabelecer parcerias com outras instituições e organizações que puderam apoiar e fortalecer as comunidades quilombolas da Mesorregião do Sertão Alagoano.

A parceria com diversas instituições, como o Núcleo Acadêmico Afro e Indígena e Direitos Humanos (NAFRI – DH) do CESMAC e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) da UFAL, demonstra o compromisso do projeto em envolver diferentes atores e especialistas para abordar as questões relacionadas às comunidades quilombolas de forma abrangente e colaborativa.

A proposta de articulação do primeiro encontro quilombola foi organizada pelo NAFRI – DH do CESMAC em parceria com a prefeitura municipal de Poço das Trincheiras. O objetivo era promover uma reunião das comunidades quilombolas da Mesorregião do Sertão, como resposta inicial, obtiveram-se no primeiro encontro 16 comunidades, em outubro de 2023, e chegando ao terceiro encontro, em fevereiro de 2024, na cidade de Água Branca, com 21 comunidades participantes.

Como forma de caracterizar o recorte territorial, o mapa do Estado de Alagoas é separado em três grandes mesorregiões, conforme se aponta na figura 1, a caracterização da Mesorregião do Sertão, destaca-se na cor rosa, o Agreste na cor laranja e o Leste na cor cinza. Na mesorregião do Sertão encontram-se 20 municípios, com 42 comunidades quilombolas registradas pela Fundação Cultural Palmares.

Figura 1 - Mesorregiões do Estado de Alagoas



Fonte: Alagoas em Dados¹⁰ (2023)

A proposta deste estudo foi proveniente de reunir um compilado de experiências anteriores na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) que aconteceram na referida mesorregião, incluindo trabalhos acadêmicos, Projetos de Iniciação Científica (PIBIC) e projetos de extensão. A participação prática foi eficaz para embasar a elaboração deste trabalho de conclusão de curso que trata acerca do Sertão Alagoano.

As visitas aos eventos quilombolas em vários municípios da região também foram valiosas para coletar dados em primeira mão, observar as realidades locais e interagir diretamente com as comunidades. Isso permitiu uma compreensão mais profunda das questões enfrentadas pelas comunidades quilombolas e forneceu suportes metodológicos importantes que puderam enriquecer a ideia da elaboração deste trabalho.

Destacam-se para elaboração da pesquisa, o projeto extensão de inovação, no âmbito do evento de Ecossistema de Inovação, em 23 de novembro de 2022 na cidade Delmiro Gouveia, Sertão alagoano. O evento proporcionou a possibilidade de conhecer com mais profundidade, a Associação dos Remanescentes Quilombolas do Povoado Saco dos Mirandas do município de Mata Grande.

¹⁰ <https://dados.al.gov.br/catalogo/mk/dataset/mesorregioes-do-estado-de-alagoas/resource/0033a67d-f35d-44c5-b3fa-0e6f93c8ebd0>

Numa visita à comunidade quilombola Saco dos Miradas, com entrevista aberta, foi possível ouvir uma exposição dinâmica da presidente da associação. Este trabalho de campo permitiu-se conhecer os espaços físicos da associação, cultura agrícola, produtos locais, casa de farinha, casa de engenho, peças ancestrais e áreas de lazer. A partir da história oral foi possível compreender a dinâmica da comunidade quilombola.

Outro projeto de extensão, que permitiu a viabilidade desta investigação foi o projeto intitulado: Um estudo sobre a fronteira intercultural de remanescentes quilombolas em Santana do Ipanema – AL. A equipe executora do referido projeto foi convidada a participar de três eventos, que ocorreram em municípios diferentes do Sertão, somando mais de 300 participantes. O primeiro encontro ocorreu numa escola rural do município Poço das Trincheiras, em 14 de outubro de 2023, com média de 105 pessoas. O segundo encontro aconteceu no mercado da farinha na cidade de Mata Grande, em 5 de novembro de 2023, com média de 130 pessoas e o terceiro encontro ocorreu numa creche escola na cidade de Água Branca, no dia 24 de fevereiro de 2024, com um público de 160 participantes.

A apresentação das comunidades quilombolas nos encontros da região do Sertão de Alagoas, juntamente com os detalhes sobre as vivências realizadas e a expansão gradual da participação das comunidades, ilustra o progresso e a abrangência do projeto ao longo do tempo. Isso também evidencia o esforço em alcançar uma condição de representatividade mais ampla e inclusiva das comunidades quilombolas da região.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É interessante observar como os encontros quilombolas têm desempenhado um papel importante na promoção da união e colaboração entre as comunidades quilombolas na região do Sertão de Alagoas. Esses encontros não apenas facilitam a troca de experiências e conhecimentos, mas também fortalecem os laços entre as comunidades, independentemente do seu status de registro pela Fundação Cultural Palmares.

Além disso, a visita técnica à comunidade quilombola Saco dos Mirandas em março de 2023 mostra um compromisso em compreender as realidades locais e colaborar diretamente com as comunidades, em vez de adotar uma abordagem distante e desapegada.

4.1 Quilombo Saco dos Mirandas no Município de Mata Grande – AL

A origem do nome "Saco dos Mirandas" para o quilombo localizado no município de Mata Grande remonta à chegada da primeira família de escravos fugidos à região. Quando chegaram, traziam consigo apenas um saco contendo poucos pertences, e a matriarca da família tinha o sobrenome Miranda. Ao se estabelecerem na região, os quilombolas passaram a cultivar diversos alimentos, como cana-de-açúcar, mandioca, feijão e milho, para garantir sua subsistência.

No entanto, mesmo após fugirem da condição de escravos e começarem uma nova vida no quilombo, os moradores viviam com o temor constante de serem capturados e retornarem à escravidão. Portanto, qualquer pessoa desconhecida que se aproximasse do local era vista como uma ameaça, o que tornava a comunidade sempre vigilante. Esse medo era transmitido de geração em geração, por meio de relatos e conhecimentos orais, como forma de alertar os descendentes sobre os perigos da escravidão e a importância de preservar a liberdade conquistada. Como medida de proteção, o quilombo mantinha estrategicamente um local de esconderijo na mata, pronto para ser utilizado em caso de necessidade.

Esse legado de temor e precaução foi transmitido ao longo das gerações na comunidade. Mesmo em 2023, muitos dos moradores ainda sentem receio de se autodeclararem como quilombolas, mesmo em situações como o contato com instituições públicas, como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município.

Durante a entrevista realizada antes dos encontros quilombolas, ficou evidente que, apesar dos esforços da associação local para fortalecer a comunidade e estabelecer parcerias relevantes, o processo de reconhecimento e autodeclaração como quilombola ocorre em momentos distintos para diferentes moradores.

É importante ressaltar que nem todos os membros da comunidade são associados à associação quilombola, e alguns podem não se identificar ou se declarar como quilombolas por diversos motivos, incluindo questões históricas, sociais e culturais. Essa diversidade de experiências e perspectivas dentro da comunidade demonstra a complexidade do processo de autoidentificação e reconhecimento étnico, que envolve uma série de fatores individuais e coletivos.

As iniciativas colaborativas para fortalecer a comunidade culminaram na criação da Associação dos Remanescentes Quilombolas do Povoado Saco dos Mirandas, oficializada em 10 de novembro de 2018. Esse marco representou um importante passo para a organização e representação dos moradores do quilombo.

Posteriormente, a comunidade Saco dos Mirandas deu entrada ao processo de certificação junto à Fundação Cultural Palmares (FCP) em dezembro de 2019. Após um período de análise e avaliação, a comunidade obteve a certificação de comunidade quilombola em maio de 2020. Esse reconhecimento oficial representou uma conquista significativa para os moradores, conferindo-lhes direitos e acesso a políticas públicas específicas voltadas para os quilombolas da comunidade.

A Associação dos Remanescentes Quilombolas do Povoado Saco dos Mirandas estabeleceu parcerias estratégicas com diversas instituições e projetos, cada um desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento e fortalecimento da comunidade. Entre esses parceiros, destaca-se o projeto RenaScendo, realizado pelo Instituto Palmas e patrocinado pela Petrobras, que tem como foco a recuperação de nascentes e a promoção da educação ambiental em Alagoas e Pernambuco.

Além do Instituto Palmas e do projeto RenaScendo, a associação também conta com o apoio da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), da Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes (Coppabacs Sementes), da Flor de Carabeiras e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Essas parcerias são essenciais para o desenvolvimento da produção agrícola na comunidade, contribuindo para o fortalecimento econômico e sustentável dos moradores do quilombo.

A Associação dos Remanescentes Quilombolas do Povoado Saco dos Mirandas, em parceria com o Instituto Palmas, está passando por um processo de capacitação visando à certificação orgânica de sua produção agrícola. Esse processo envolve a adoção de práticas sustentáveis, como a produção sem agrotóxicos e a implementação de barreiras naturais para

evitar a contaminação dos cultivos. Além disso, a associação está abandonando o uso de queimadas, uma prática culturalmente enraizada na região, mas prejudicial ao ecossistema.

Embora o processo de certificação orgânica esteja em transição há cerca de 4 anos, a presidente da associação assegura que a produção já segue os princípios orgânicos, uma vez que não são mais utilizadas queimadas e o uso de agrotóxicos não é comum entre os agricultores associados. Além disso, alguns membros da associação estão envolvidos na produção de algodão agroecológico, que já possui certificação orgânica. Esses agricultores colaboram com a Flor de Caraiibeiras, uma entidade que oferece maquinário para beneficiar o algodão, tornando o processo mais eficiente e de melhor qualidade para a comercialização.

Ficou evidenciada na vista de campo, a persistência de métodos tradicionais mesmo diante da modernização em curso. O acesso a recursos como trator, sementes e equipamentos agrícolas básicos por meio da associação tem sido essencial para fortalecer a produção agrícola da comunidade. Apesar de nem todos os membros participarem da associação, os recursos são compartilhados de forma coletiva.

Dentre as diversas culturas agrícolas cultivadas, destacam-se o milho, feijão, algodão, frutas como banana, amora, laranja, abacate, melancia, abóbora, caju, manga, licuri e jaca, entre outros. A falta de infraestrutura básica, como água encanada e calçamento nas estradas, apresenta desafios adicionais, afetando tanto a vida cotidiana quanto a comercialização dos produtos, especialmente durante o inverno. A busca por recursos como o banco de sementes e o seguro safra reflete a preocupação da comunidade com a sustentabilidade de suas atividades agrícolas diante das condições climáticas adversas. Apesar dos esforços de modernização em algumas áreas, ressaltam-se a importância da preservação cultural em meio às mudanças. Conforme a ilustração abaixo.

Figura 2 - Casa de Engenho Moedor



Fonte: autoria própria (2023)

Esse processo de produção tradicional, descrito com detalhes na figura abaixo, ilustra a riqueza dos métodos ancestrais preservados pela comunidade, mesmo diante das mudanças e modernizações em curso.

Figura 3 - Casa de Engenho Fogão a Lenha



Fonte: autoria própria (2023)

Atualmente a certificação de produção agroecológica da quilombola Edineide é um passo importante para a comunidade, pois demonstra um compromisso com práticas sustentáveis e ambientalmente responsáveis. Essa certificação pode abrir portas para novos mercados e oportunidades de venda para a comunidade, além de contribuir para a preservação do meio ambiente e para a saúde dos consumidores. É possível que, com o tempo, a associação também busque obter a certificação orgânica, o que pode fortalecer ainda mais a reputação da comunidade e seus produtos no mercado.

4.2 Primeiro Encontro Quilombola no Município de Poço das Trincheiras – AL

O evento realizado no município de Poço das Trincheiras em outubro de 2023, com o tema "Direito à Educação Escolar Quilombola", demonstra o compromisso das comunidades quilombolas e das autoridades locais com a promoção da educação de qualidade para as crianças afrodescendentes. O evento ocorreu na escola quilombola Municipal Muniz Falcão, entende-se como um espaço que pode desempenhar um papel fundamental nesse processo, fornecendo um ambiente educacional que valoriza a cultura e a história das comunidades quilombolas. A colaboração entre a gestão municipal, os professores e a própria comunidade é essencial para garantir que o direito à educação seja efetivamente alcançado e que as crianças quilombolas tenham acesso a oportunidades de aprendizado que respeitem sua identidade cultural e étnica.

Figura 4 – Primeiro Encontro Quilombola do Sertão



Fonte: Autoria própria (2023)

A presença de representantes da comunidade quilombola, juntamente com autoridades educacionais e professores, na mesa do evento demonstra o engajamento e a colaboração de diferentes atores na promoção da educação escolar quilombola. A diversidade de participantes, incluindo educadores do ensino fundamental ao superior, estudantes e membros das comunidades quilombolas, reflete a abordagem inclusiva e participativa adotada no evento. Essa mesa de discussão proporcionou um espaço para o diálogo, troca de experiências e formulação de estratégias para fortalecer a educação escolar quilombola e garantir que as necessidades e aspirações das comunidades sejam consideradas. A educação escolar quilombola passa por diversos desafios, por isso, a importância de ter os seus intelectuais quilombolas para pensar a sua realidade.

O oprimido só vai se libertar quando ele tomar consciência da opressão que ele vive (Paulo Freire). Os quilombolas, os indígenas, as mulheres, os LGBTQIA+ qualquer movimento social quando foi secularmente oprimido, só vai se libertar quando ganhar consciência da sua opressão e então tornar-se protagonista da própria história (informação verbal)¹¹.

As reflexões acerca da educação escolar quilombola buscaram fortalecer o acesso à educação superior para os jovens quilombolas e indígenas, garantindo não apenas o ingresso, mas também o apoio necessário para sua permanência e sucesso acadêmico. A interiorização da Universidade Federal de Alagoas pode desempenhar um papel fundamental nesse processo, proporcionando oportunidades educacionais mais acessíveis e alinhadas com as necessidades das comunidades locais. Bem como, as cotas afirmativas para quilombolas e indígenas são instrumentos importantes para promover a equidade e a inclusão no ensino superior. Ao garantir vagas reservadas e oferecer suporte específico, as universidades contribuem para ampliar as oportunidades de desenvolvimento pessoal dos futuros estudantes.

¹¹ Palavras proferidas pelo coordenador do NAFRI – DH do CESMAC, prof. Dr. Jorge Luiz Gonzaga Vieira.

Durante o primeiro encontro, destacam-se a produção artesanal da comunidade Jacu e Mocó do município de Poço das Trincheiras. A prática ancestral de trançar a fibra de croá, uma bromélia, sem muitas folhas, típica da caatinga que é facilmente encontrada no quilombo. Embora, a produção artesanal ressalta a valorização da cultura e a autoestima das mulheres quilombolas, identifica-se o problema com a precificação desses produtos, os quais não são contabilizados a partir da quantidade de horas necessárias para a produção.

Figura 5 - Produção Quilombo Jacu e Mocó de Poço das Trincheiras - AL



Fonte: Autoria própria (2023)

Destaca-se o ponto alto do encontro, o reisado não apenas conta histórias do cotidiano, mas também carrega consigo valores, tradições e saberes ancestrais que são fundamentais para a construção da identidade cultural dessas comunidades. A apresentação do reisado durante o encontro não só proporcionou um momento de celebração e valorização da cultura local, mas também ofereceu uma oportunidade única para as novas gerações se conectarem com suas raízes e compreenderem a importância dessas práticas tradicionais.

Figura 6 - Apresentação do Reisado

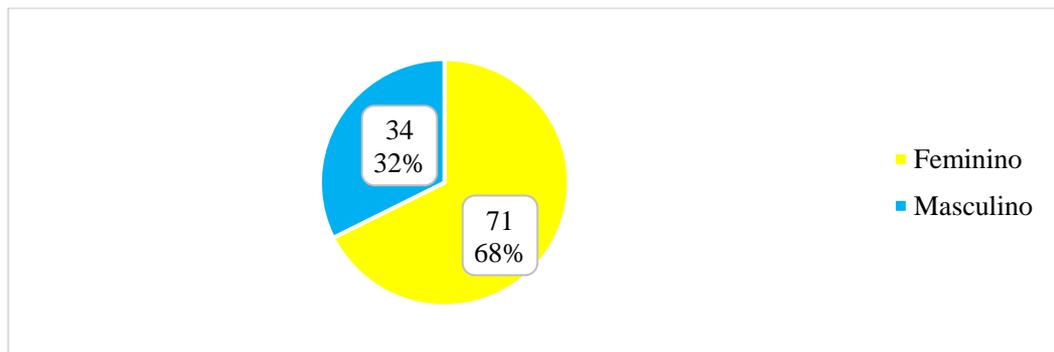


Fonte: Autoria própria (2023)

É interessante notar como a participação feminina se destaca nos eventos quilombolas, tanto em termos de quantidade quanto de envolvimento em atividades específicas, como as

produções artesanais e manifestações culturais como o reisado. Esse alto índice de participação feminina pode refletir não apenas uma maior presença das mulheres nas comunidades quilombolas, mas também seu papel fundamental na preservação e transmissão da cultura e tradições.

Gráfico 1 – Comunidades Quilombola Presentes por Gênero em Poço das Trincheiras - AL



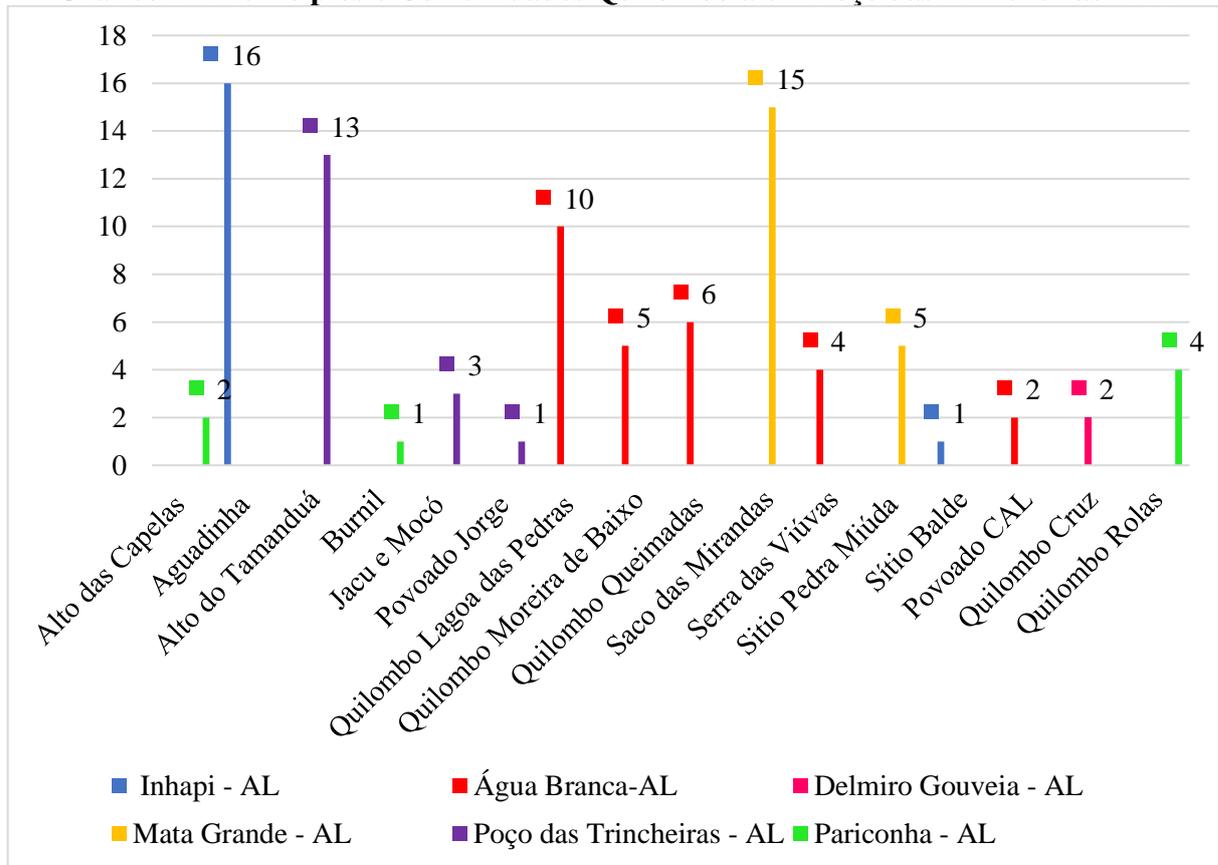
Fonte: Pesquisa de Campo (2024)

A presença significativa de mulheres no primeiro evento quilombola do Sertão ressalta a importância de reconhecer e valorizar suas contribuições para a comunidade, não apenas no âmbito cultural, mas também em outros aspectos da vida comunitária. Isso inclui seu papel como líderes, educadoras, cuidadoras e agentes de mudança social.

Ao considerar a participação masculina, é importante criar espaços e oportunidades para que os homens também se envolvam ativamente nos eventos quilombolas e nas questões que afetam suas comunidades. Isso pode contribuir para promover uma maior igualdade de gênero e fortalecer o tecido social das comunidades quilombolas, reconhecendo e valorizando as contribuições de todos os seus membros, independentemente do gênero.

É vital que essas tradições sejam preservadas e incentivadas, não apenas como uma forma de manter viva a rica diversidade cultural do Brasil, mas também como uma ferramenta poderosa para promover a inclusão social, o empoderamento das comunidades e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No gráfico 2, a seguir destacam-se o quantitativo correspondente aos participantes das comunidades quilombolas do Sertão, sem considerar a contabilização dos membros das instituições participantes. De acordo com a participação de 16 comunidades quilombolas no evento, pode-se identificar a distribuição de participantes por comunidade, destacando uma visão mais detalhada da representatividade de cada comunidade no evento. Destaque para as comunidades quilombolas Aguadinha com 16 participantes e Saco dos Mirandas com 15 participantes.

Gráfico 2 - Municípios e Comunidades Quilombola em Poço das Trincheiras - AL

Fonte: Pesquisa de Campo (2024)

Reafirma-se que na Mesorregião do Sertão encontram-se 20 municípios, com 42 comunidades quilombolas registrados pela FCP. No gráfico 2 mostra-se que no primeiro encontro houve um alcance de 16 comunidades de seis municípios, Inhapi, Mata Grande, Água Branca, Poço das Trincheiras, Delmiro Gouveia e Pariconha. No entanto, identifica-se que nem todas as comunidades presentes são registradas, conforme consta no quadro 2.

Quadro 2 - Comunidade certificada e não certificadas pela Fundação Cultural Palmares

Município	Comunidade certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP)	Comunidade não certificada FCP
Água Branca	Povoado CAL; Quilombo Lagoa das Pedras; Quilombo Moreira de Baixo; Quilombo Queimadas; Serra das Viúvas	-
Inhapi	Sítio Balde	Aguadinha
Mata Grande	Saco dos Mirandas	Sítio Pedra Miúda
Poço das Trincheiras	Jacu e Mocó; Povoado Jorge; Alto do Tamanduá	-
Delmiro Gouveia	Povoado Quilombo Cruz	-
Pariconha	Burnil; Quilombo Rolas; Alto das Capelas	-

Fonte: Pesquisa de Campo (2024)

Pode se observar que nem as comunidades participantes estão certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Desse modo, a união e organização das comunidades quilombolas são essenciais para fortalecer sua luta por direitos e promover políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas. Ao se unirem, as comunidades podem aumentar sua representatividade e influência, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que suas demandas sejam atendidas de forma mais eficaz.

Durante o evento, as comunidades tiveram a oportunidade de expor suas necessidades e dificuldades, destacando questões fundamentais como o acesso à educação e à qualificação profissional, o combate à desqualificação baseada em traços ancestrais e sobrenomes, a importância do desenvolvimento de habilidades para os jovens, a transformação do artesanato em fonte de renda sustentável e o conhecimento da origem africana e das cotas raciais para promover o desenvolvimento educacional local.

3.3 Segundo Encontro no Município de Mata Grande – AL

O segundo encontro realizado no mercado da farinha, em Mata Grande, proporcionou um ambiente propício para a discussão e interação entre as comunidades quilombolas da região. Ao ocorrer durante todo o dia, desde a manhã até às 16 horas, o encontro permitiu que os participantes tivessem tempo suficiente para compartilhar suas experiências, debater questões importantes e propor soluções para os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas.

A disponibilização de alimentação fornecida pela prefeitura e água gratuitamente demonstra o apoio e a preocupação das autoridades locais em garantir o conforto e o bem-estar dos participantes durante o evento. Essa iniciativa contribuiu para promover um ambiente acolhedor e inclusivo, onde todos se sintam valorizados e respeitados.

Figura 7 - Segundo Encontro Quilombola do Sertão



Fonte: Autoria própria (2023)

O mercado da farinha, como local do encontro, também pode ter um significado simbólico para as comunidades quilombolas, pois representa uma parte importante de sua

história e cultura. Esse espaço pode ter sido escolhido deliberadamente para conectar o evento às tradições e atividades econômicas tradicionais das comunidades.

Em resumo, o segundo encontro a área urbana de Mata Grande foi uma oportunidade valiosa para as comunidades quilombolas se reunirem novamente. O compartilhamento de conhecimentos para enfrentar e resistir os desafios comuns que enfrentam cotidianamente. A exposição de produtos artesanais das comunidades locais, Saco dos Mirandas e Pedra Miúda, como ilustradas na figura 9.

Figura 8 - Produções das Comunidades de Mata Grande - AL



Fonte: Autoria própria (2023)

A apresentação das propostas das comunidades quilombolas para o NAFRI – DH do CESMAC representa um passo importante na busca por melhorias e na defesa dos direitos dessas comunidades. Essa iniciativa demonstra o engajamento e a mobilização das comunidades em identificar suas necessidades e buscar soluções por meio do diálogo com instituições relevantes.

Entre as propostas discutidas para a melhoria das comunidades, destacam-se aquelas que visam estabelecer canais de comunicação e diálogo com autoridades governamentais e instituições responsáveis pela promoção da igualdade racial e defesa dos direitos humanos. A obtenção de audiências com o Ministério da Igualdade Racial, o governador do estado e uma seção pública na assembleia legislativa de Alagoas são medidas estratégicas para sensibilizar as autoridades sobre as necessidades e demandas específicas das comunidades quilombolas.

Essas propostas buscam não apenas identificar os desafios enfrentados pelas comunidades, mas também buscar soluções concretas e políticas públicas eficazes para enfrentar esses desafios. Ao envolver as autoridades e instituições competentes, as comunidades quilombolas estão buscando garantir que suas vozes sejam ouvidas e que suas demandas sejam atendidas de maneira adequada e justa.

4.4 Terceiro Encontro no Município de Água Branca - AL

O terceiro encontro realizado no município de Água Branca, em fevereiro de 2024, representa mais um passo significativo no processo de mobilização e articulação das comunidades quilombolas em Alagoas. Com a presença de representantes de instituições governamentais e diversas comunidades dos municípios alagoanos e até mesmo da Bahia, esse encontro demonstrou a abrangência e a importância do diálogo entre diferentes atores para a promoção dos direitos das comunidades quilombolas.

A confirmação da data para a Audiência Pública na Assembleia Legislativa com o atual governador do estado, Paulo Dantas, é um marco importante e aguardado pelas comunidades. Essa audiência pública oferecerá uma oportunidade valiosa para as comunidades quilombolas exporem suas necessidades e demandas diretamente às autoridades responsáveis, em um espaço democrático de diálogo e debate.

A ressalva sobre a importância da participação de todas as comunidades na audiência pública destaca a necessidade de representatividade e unidade entre as comunidades quilombolas para que suas vozes sejam ouvidas de maneira eficaz e abrangente. Esse encontro reforça o compromisso das comunidades em buscar soluções coletivas e promover ações concretas para a melhoria de suas condições de vida e o reconhecimento de seus direitos.

Figura 9 - Terceiro Encontro Quilombola do Sertão



Fonte: Autoria própria (2024)

A valorização da gastronomia quilombola, como destacado durante o encontro, é um elemento fundamental para a preservação e promoção da cultura quilombola. O festival de inverno em Água Branca, em parceria com o SEBRAE, é uma iniciativa louvável que proporciona não apenas um espaço para a celebração da culinária quilombola, mas também oportunidades para o desenvolvimento econômico das comunidades envolvidas.

A presença de representantes de seis quilombos no festival gastronômico evidencia a diversidade e riqueza das tradições culinárias presentes nas comunidades quilombolas. Além de promover a cultura local, eventos como esse contribuem para fortalecer a identidade das comunidades, gerar renda e incentivar o empreendedorismo entre os quilombolas. Como apontou (FREITAS, 2023).

A parceria com o SEBRAE e a disponibilidade de editais voltados para a comunidade quilombola são recursos importantes que podem oferecer suporte técnico, capacitação e apoio financeiro para o desenvolvimento de empreendimentos relacionados à gastronomia quilombola. Essas iniciativas não apenas valorizam a cultura local, mas também promovem a inclusão social e econômica das comunidades quilombolas, contribuindo para um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Se houver organização, no caso de inclusão do fomento produtivo rural, o valor de 4.600,00 reais, é uma iniciativa essencial para os agricultores, incluindo os quilombolas, e é executado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Esse apoio financeiro proporciona condições mais favoráveis para a continuidade da produção de subsistência nas comunidades rurais. Com esse recurso, os agricultores podem investir em insumos, equipamentos e outras necessidades relacionadas à atividade agrícola, contribuindo para o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos. Além disso, o fomento produtivo rural ajuda a garantir a segurança alimentar das famílias rurais, permitindo que elas tenham acesso a alimentos saudáveis e nutritivos produzidos localmente.

A comunidade quilombola da Serra das Viúvas se fez presente no evento com a exposição do artesanato, uma parceira com a ONG Desenvolvimento Humano e Agroecologia (AGENDHA), a entidade também foi responsável em auxiliar, a Associação das Mulheres Artesãs Quilombolas Serra das Viúvas¹² (AMAQUI) formalizada em 2010, um processo iniciado desde 2006. O SEBRAE também é parceiro no processo de beneficiamento e precificação dos produtos. A produção tem um caráter de preservação da cultura, e representatividade das mulheres da comunidade. Conforme ilustrado na figura 10, a produção de esteira, bolsa, chapéu e vassoura produzida a partir da palha do Ouricuri.

¹² Quilombo Serra das Viúvas Água Branca – AL - artserradasviuvas@hotmail.com (82) 9 9974-3469

Figura 10 - Produção Quilombola Serra das Viúvas de Água Branca - AL



Fonte: Autoria própria (2024)

A certificação do quilombo Queimadas do município de Água Branca desde 2018 representa um importante reconhecimento da identidade e cultura quilombola dessa comunidade. A presença da Associação Quilombola do sítio Queimadas no evento demonstra a organização e o engajamento dos moradores na promoção de suas tradições e na busca por melhorias socioeconômicas.

As produções de crochê, colares, brincos, bonecos e esteiras feitas a partir do tronco da bananeira destacam a criatividade e habilidade dos membros da comunidade, além de evidenciar a valorização dos recursos naturais locais.

Figura 11 – Quilombo Queimadas de Água Branca - AL

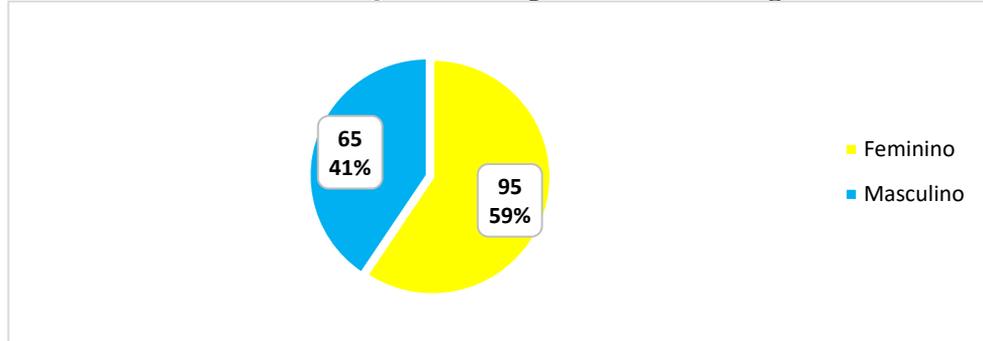


Fonte: Autoria própria (2024)

O gráfico 3 demonstra a distribuição de gênero dentro das comunidades quilombolas participantes do evento. Dos participantes, 65 são homens, representando 41% do total,

enquanto 95 são mulheres, o que corresponde a 59%. Essa distribuição de gênero reflete uma presença significativa de mulheres nas comunidades quilombolas, superando numericamente os homens. Isso pode corroborar não apenas com uma maior participação das mulheres no evento, mas também uma tendência geral de engajamento e liderança feminina dentro dessas comunidades.

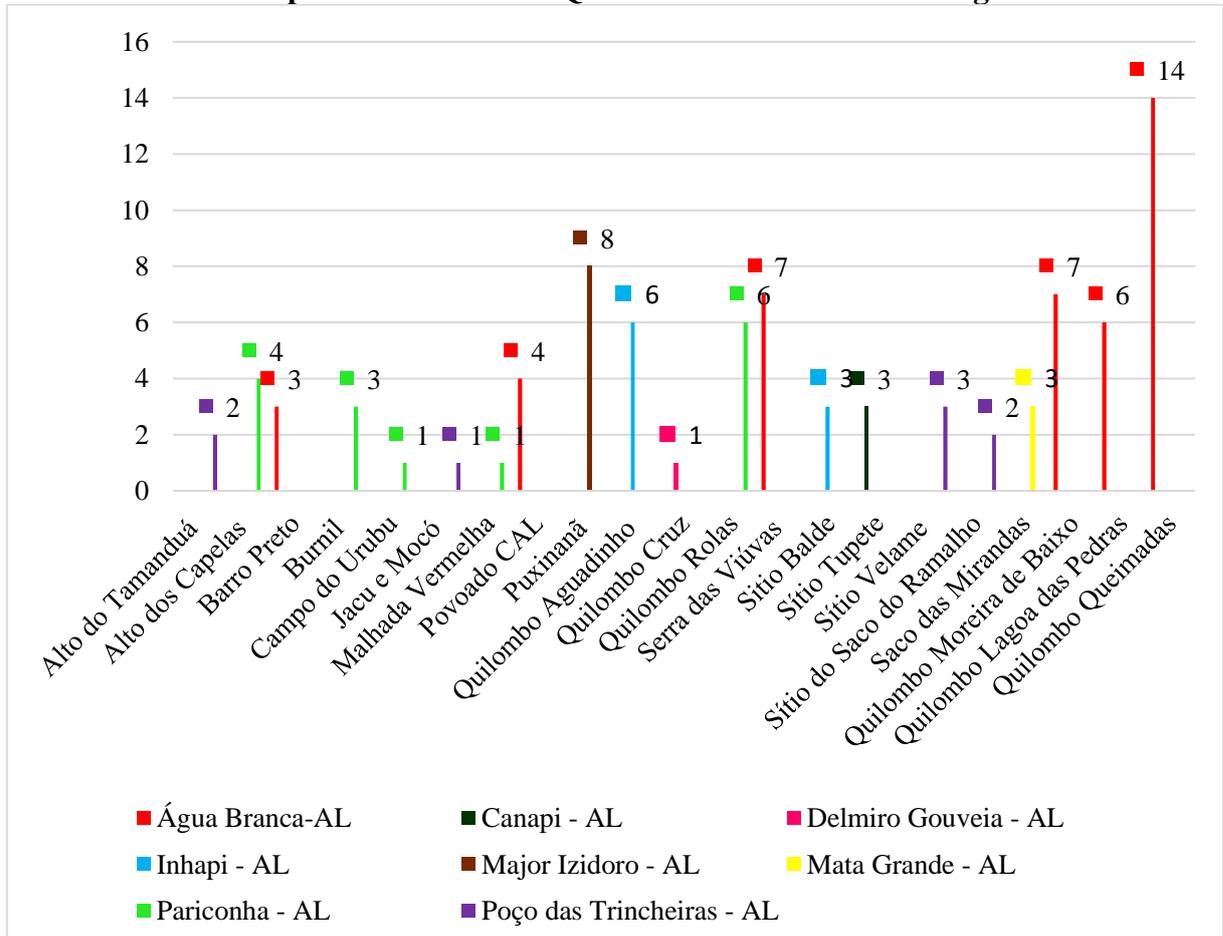
Gráfico 3 - Comunidades Quilombola por Gênero em Água Branca - AL



Fonte: Pesquisa de Campo (2024)

No gráfico a seguir apresentam-se o quantitativo correspondente somente as comunidades quilombolas, sem contabilizar as instituições participantes no terceiro encontro.

Gráfico 4 – Município e Comunidades Quilombola no encontro em Água Branca - AL



Fonte: Pesquisa de Campo (2024)

Como se observa, o terceiro encontro teve uma participação abrangente de 21 comunidades de oito municípios, conforme mostrado no gráfico 4. No entanto, nem todas essas comunidades presentes estão registradas oficialmente, como indicado no quadro 3. Isso sugere que algumas comunidades quilombolas podem não ter sido certificadas pela Fundação Cultural Palmares ou não terem completado o processo de reconhecimento oficial.

Essa situação destaca a importância de continuar o trabalho de reconhecimento e registro das comunidades quilombolas para garantir que todas tenham acesso aos direitos e benefícios associados ao reconhecimento oficial.

Quadro 3 - Comunidade certificada e não certificadas pela Fundação Cultural Palmares

Município	Comunidade certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP)	Comunidade não certificada FCP
Água Branca	Povoado CAL; Quilombo Lagoa das Pedras; Quilombo Moreira de Baixo; Quilombo Queimadas; Serra das Viúvas; Barro Preto	-
Canapi	Comunidade do Sítio Tupete	-
Delmiro Gouveia	Povoado Quilombo Cruz	-
Inhapi	Sítio Balde	Aguadinha
Major Izidoro	Comunidade de Puxinanã	-
Mata Grande	Saco dos Mirandas	-
Pariconha	Burnil, Quilombo Rolas, Alto das Capelas, Malhada Vermelha	Campo do Urubu
Poço das Trincheiras	Jacu e Mocó; Povoado Jorge; Alto do Tamanduá	Sítio Velame
Dois Riachos	Não identificado	Não identificado

Fonte: Pesquisa de Campo (2024)

O quadro 3 apresenta os municípios e as comunidades que são certificadas pela Fundação Cultural Palmares e que participaram do encontro. No entanto, duas pessoas participantes do município de Dois Riachos não identificaram a comunidade à qual pertencem, por isso não foram incluídas no gráfico 4.

Além disso, as comunidades que estão em processo de certificação com a Fundação Cultural Palmares são detalhadas nas tabelas 4 e 5. Isso destaca o compromisso contínuo com o reconhecimento e registro das comunidades quilombolas, mesmo aquelas que ainda estão em processo de certificação.

Tabela 4 - Aguardando visita técnica da Fundação Cultural Palmares

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	COMUNIDADE
NORDESTE	AL	INHAPI	AGUADINHA

Fonte: FCP (2024)

O dado acima é preocupante, pois mesmo estando no processo de autodeclaração desde 2018, a comunidade de Aguadinha ainda está aguardando a visita técnica. Isso destaca a lentidão e os desafios burocráticos enfrentados pelas comunidades quilombolas durante o processo de reconhecimento. Apontam-se as necessidades básicas não atendidas, como falta de água, saneamento básico, postos de saúde, escolas e moradia, evidenciam a negligência do setor público em relação a essa comunidade. É essencial que o governo atue de forma mais eficaz para garantir esses serviços essenciais às comunidades quilombolas. É importante que haja um reconhecimento genuíno e respeito pela história e identidade dessas comunidades para que possam receber o reconhecimento que merecem. A seguir, identificam-se as solicitações de certificações mais recentes.

Tabela 5 - Em análise técnica da Fundação Cultural Palmares

Região	UF	Município	Código do IBGE	Comunidade	N.º Processo na FCP	Data da Abertura
Nordeste	AL	Dois Riachos	2702504	Serra Da Mandioca	01420.100124/2024-91	16/01/2024
Nordeste	AL	Pariconha	2706422	Campo Do Urubu	01420.100181/2024-71	22/01/2024

Fonte: FCP (2024)

Na tabela 5, as duas comunidades estão aguardando a análise técnica, uma localizada na serra de mandioca no município de Dois Riachos, desde 16 de janeiro de 2024. E o Campo do Urubu no município de Pariconha, desde 22 de janeiro de 2024.

Por outro lado, é inspirador ver o comprometimento contínuo das comunidades quilombolas do Sertão em buscar o reconhecimento e promover seu desenvolvimento. O fato de essas comunidades estarem aguardando a análise técnica mostra sua determinação em seguir adiante, apesar dos desafios enfrentados ao longo do processo de reconhecimento.

Os encontros promovidos com as comunidades são fundamentais para garantir que suas necessidades sejam comunicadas, ouvidas e abordadas de maneira eficaz. Desde o reconhecimento pela FCP até a titulação no INCRA, além das necessidades de capacitação produtiva, é importante que todas as questões sejam consideradas e tratadas adequadamente.

A busca por parcerias com instituições, associações, cooperativas e ONGs demonstra a visão das comunidades em buscar soluções colaborativas para o desenvolvimento econômico e social. A representatividade política também é destacada como essencial para garantir que as comunidades sejam lembradas e reconhecidas pelo estado, proporcionando apoio necessário para seu progresso. Neste encontro, ficou marcando a próxima reunião quilombola na comunidade Rolas no município de Pariconha, as comunidades continuam fortalecendo seus laços e unindo esforços para superar desafios e alcançar seus objetivos comuns.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a reflexão exposta neste estudo buscou aprofundar sobre a importância do reconhecimento legal das comunidades quilombolas do Sertão de Alagoas. Destaca-se a certidão de autodefinição como um marco inicial fundamental para a valorização cultural dessas comunidades, mas também ressalta a necessidade de revisar a narrativa histórica que muitas vezes é contada de forma etnocêntrica e distante das realidades das comunidades.

Ao reconhecer a diversidade da população agrícola em Alagoas, incluindo povos indígenas, agricultores familiares e quilombolas, sabe-se da importância de valorizar e aprender com cada uma dessas culturas e saberes. As comunidades quilombolas são reconhecidas pelas especificidades em sua história e modo de vida, diante disso, enfrentam desafios significativos, como acesso a serviços básicos e valorização de sua produção sociocultural.

Os encontros quilombolas do Sertão emergem como espaços fundamentais para fortalecer a cidadania, promover a interculturalidade crítica e construir uma maior autoestima e senso de pertencimento nas comunidades. Esses encontros proporcionam uma oportunidade valiosa para compartilhar conhecimentos, dificuldades e lutas, fortalecendo assim a união em busca de direitos.

Sob uma visão abrangente e crítica sobre a situação das comunidades quilombolas em Alagoas, ressaltam-se tanto as conquistas quanto os desafios que ainda precisam ser superados. A questão da visibilidade é um chamado à ação para garantir que essas comunidades sejam verdadeiramente reconhecidas, valorizadas e apoiadas em sua jornada rumo à justiça social e à igualdade.

A questão da titulação da terra pelo INCRA realmente evidencia um processo complexo que vai além da questão legislativa, envolvendo também aspectos políticos e administrativos. A necessidade da assinatura do Presidente da República para a desapropriação pode representar um obstáculo significativo, já que a agilidade desse processo muitas vezes depende da vontade política do chefe de Estado. A demora na titulação pode impactar negativamente a segurança jurídica das comunidades e dificultar o acesso a políticas públicas. Sabe-se que o assistencialismo impede a consolidação de políticas públicas.

As parcerias estabelecidas nos encontros com diversos órgãos públicos, entidades privadas, associações e organizações não governamentais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das comunidades quilombolas. Essas parcerias permitem a troca de conhecimentos, recursos e experiências que contribuem para fortalecer as

comunidades em diversas áreas, como acesso a serviços básicos, desenvolvimento econômico, educação e capacitação.

Além disso, destacam-se a representatividade majoritária das mulheres nos eventos e sua liderança dentro das comunidades. A presença ativa das mulheres, tanto nas discussões quanto nas tomadas de decisão, demonstra o papel fundamental que desempenham no desenvolvimento e na sustentabilidade das comunidades quilombolas. A Associação das Mulheres Artesãs Quilombolas Serra das Viúvas é um exemplo claro desse protagonismo feminino, evidenciando a força e a determinação das mulheres quilombolas em promover o desenvolvimento local.

O acesso ao conhecimento sobre direitos via educação de ensino superior são fundamentais para empoderar as comunidades quilombolas, tanto individualmente quanto coletivamente. Ao obter educação de qualidade e conhecimento jurídico, os quilombolas podem defender seus direitos com mais eficácia, lutar por políticas públicas adequadas às suas necessidades e garantir o reconhecimento legal de suas terras e identidade cultural. A educação também capacita os jovens a empreenderem e valorizarem suas criações, seja na agricultura, artesanato, gastronomia ou outras áreas. Ao conhecerem seus direitos e terem acesso a recursos educacionais, os jovens quilombolas podem cultivar suas tradições, preservar sua cultura e comercializar seus produtos a preços justos.

A educação e a luta pelos direitos desempenham um papel fundamental na redução do racismo e na preservação das tradições e histórias dos ancestrais nas comunidades quilombolas do Sertão alagoano. Ao fortalecer a consciência histórica e cultural das comunidades, a educação permite que os quilombolas enfrentem o preconceito e a discriminação com mais determinação e autoconfiança.

A permanência na terra para os quilombolas vai além de uma simples relação agrícola de mercado. É uma ligação profundamente enraizada na história, na identidade e no modo de vida dessas comunidades. A terra não é apenas um meio de produção, mas um símbolo de resistência, autonomia e pertencimento. É onde estão enraizadas as memórias dos antepassados, onde são realizadas atividades de lazer, onde são produzidos alimentos e artesanatos em comunhão com o grupo. Portanto, a terra quilombola não é apenas um recurso econômico, mas um elemento central da identidade cultural e social dessas comunidades. Ao valorizar e proteger suas terras ancestrais, os quilombolas não apenas preservam sua história e cultura, mas também afirmam sua existência e contribuição para a diversidade e riqueza cultural do Brasil.

REFERÊNCIAS

- CESMAC. **Quilombolas de Inhapi e NAFRI - Cesmac**, 16 março 2018. ISSN. Disponível em: <https://cesmac.edu.br/noticias/gerais/quilombolas-de-inhapi-e-nafri-cesmac>. Acesso em: 18 fev. 2024.
- DADOS.AL. Alagoas em Dados e Informações. **Comunidades Quilombolas de Alagoas**, agosto 2023. ISSN. Disponível em: https://dados.al.gov.br/catalogo/pt_BR/dataset/comunidades-quilombolas-de-alagoas/resource/5bc7bd4a-f1e9-424e-a844-e3748dbcf96?inner_span=True. Acesso em: 15 jan. 2024.
- FERNANDES, S. L.; GALINDO, D. C. G. . & P. V. L. Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de Alagoas. **Psicologia em estudo**.,, 19 junho 2020. 1-15. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/>. Acesso em: 05 mar. 2024.
- FREITAS, Kelmenn. SEBRAE. **Gastronomia Quilombola é destaque em Festival de Inverno de Água Branca**, 10 agosto 2023. ISSN. Disponível em: <https://al.agenciasebrae.com.br/cultura-empresadora/gastronomia-quilombola-e-destaque-em-festival-de-inverno-de-agua-branca/>. Acesso em: 26 fev. 2024.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. GOV.BR. **Informações Quilombolas**, 2023. ISSN. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/informacoes-quilombolas/>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Fundação Cultural Palmares. **Certificação Quilombola**, 2024. ISSN. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Fundação Cultural Palmares. **Certificação Quilombola**, 31 janeiro 2024. ISSN. Disponível em: https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/copy_of_CRQs_CERTIFICADAS._versao_31_01_241.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.
- GOV.BR. GOV.BR. **Obter certidão de autodefinição de comunidade remanescente de quilombo**, 21 dezembro 2023. ISSN. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certidao-de-autodefinicao-de-comunidade-remanescente-de-quilombo>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- GOV.BR. GOV.BR. **Obter auxílio financeiro para projetos de promoção e preservação da cultura afro-brasileira**, 05 janeiro 2023. ISSN. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-auxilio-financeiro-para-projetos-de-promocao-e-preservacao-da-cultura-afro-brasileira>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- INCRA. INCRA. **TÍTULOS EXPEDIDOS ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS**, 31 dezembro 2023. ISSN. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/Vejaoandamentodatitulaquilombola_31.12.2023.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

INCRA. Inca. **Relação de processos de regularização de territórios quilombolas abertos**, 31 dezembro 2023. ISSN. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/Relaodeprocessosderegularizaodeterritriosquilombolasabertos_31.12.2023.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

INCRA. Inca. **Quilombolas**, 2024. ISSN. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas>. Acesso em: 10 mar. 2024.

INCRA. **Acompanhamentodosprocessosderegularizaquilombola_07.02.2024.pdf**, 07 fevereiro 2024. ISSN. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/Acompanhamentodosprocessosderegularizaquilombola_07.02.2024.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

LEÃO, Vivi. G1. **Alagoas tem a 6ª maior população quilombola do Brasil, aponta Censo do IBGE**, 27 setembro 2023. ISSN. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/07/27/alagoas-tem-a-6a-maior-populacao-quilombola-do-brasil-aponta-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MARQUES, Amanda C. N. UM TERRITÓRIO, DUAS REIVINDICAÇÕES: OLHARES SOBRE A LEGISLAÇÃO. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro,. março 2017. 1-11.

OIT BRASÍLIA. Organização Internacional do Trabalho (OIT). **C169 - Sobre Povos Indígenas e Tribais**, 2003. ISSN. Disponível em: Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos. Acesso em: 20 mar. 2024.

SEPLAG, Secretaria D. E. D. P. G. E. P. dados.al.gov.br. **ESTUDO SOBRE AS COMUNIDADES**, Maceió,.. 2015. 01 - 46. Disponível em: <https://inegalagoas.files.wordpress.com/2014/04/estudo-sobre-as-comunidades-quilombolas-de-alagoas.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2024.

SILVA, Liliane S. P. *et al.* A Produção da Identidade Política de Mulheres em uma Comunidade Quilombola do Sertão Alagoano. **Psicologia: Ciência e Profissão**., 16 dezembro 2022. 1-15. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/sWs4Mr48d8WYKfHz6CCKnrj/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2024.

VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine. Construyendo Interculturalidad Crítica. **Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello**, La Paz - Bolivia,.. 2010. 75-96.